

CONVOCAÇÃO Nº 005/2021, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, e, tendo em vista o Ato Normativo nº 37, de 29 de setembro de 2020, da Procuradora-Geral de Justiça, que dispõe sobre o Plano de Retorno às Atividades Presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 07 de abril de 2021, quarta-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO SIGA Nº 8545/2020

ASSUNTO: Proposta Pedagógica do Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos Membros em Estágio Probatório

INTERESSADO(A)(S): Promotor de Justiça Tiago de Almeida Quadros

RELATOR(A): Margareth Pinheiro de Souza

2. PROCEDIMENTO SIGA Nº 11428/2020

ASSUNTO: Postergação do Gozo de Licença

INTERESSADO(A)(S): Promotor de Justiça Dario José Kist

RELATOR(A): Luiz Eugênio Fonseca Miranda

3. PROCEDIMENTO SEI Nº 19.09.00859.0002084/2021-50

ASSUNTO: Indicação de membro para composição do Comitê Estratégico de TI (CETI)

INTERESSADO: Diretor de Tecnologia da Informação Yuri Gonzalez Araújo

4. APRECIÇÃO DE INQUÉRITOS CIVIS E DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ZUVAL GONÇALVES FERREIRA:

4.1. Procedimento Ministerial nº 003.9.88279/2020, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

- 4.2. Procedimento Ministerial nº 593.0.143782/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.118143/2011, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.4. Inquérito Civil nº 003.9.129381/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.5. Inquérito Civil nº 003.9.131745/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê;
- 4.6. Inquérito Civil nº 003.9.21662/2018, da Promotoria de Justiça da Saúde de Salvador – 8ª Promotor(a) de Justiça;
- 4.7. Procedimento Ministerial nº 003.9.251778/2020, da Promotoria de Justiça do Idoso e PDC de Salvador – Secretaria Processual e Administrativa;
- 4.8. Inquérito Civil nº 681.0.182853/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 4.9. Inquérito Civil nº 308.9.17603/2021, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 4.10. Procedimento Ministerial nº 003.0.41222/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 4.11. Procedimento Ministerial nº 694.9.177051/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 4.12. Procedimento Ministerial nº 003.9.122995/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA RITA MARIA SILVA RODRIGUES:

- 4.13. Inquérito Civil nº 003.0.111890/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador
- 4.14. Inquérito Civil nº 705.0.249463/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Paulo Afonso;
- 4.15. Procedimento Ministerial nº 003.9.241489/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.16. Procedimento Ministerial nº 003.9.235590/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.17. Inquérito Civil nº 003.0.112494/2008, 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.18. Inquérito Civil nº 003.9.128623/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.19. Inquérito Civil nº 691.9.35766/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 4.20. Inquérito Civil nº 691.0.141470/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 4.21. Inquérito Civil nº 003.0.112672/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 4.22. Inquérito Civil nº 003.9.197289/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.23. Procedimento Ministerial nº 698.0.164726/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê;
- 4.24. Inquérito Civil nº 003.0.167474/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Euclides da Cunha;
- 4.25. Procedimento Ministerial nº 691.0.42754/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê;
- 4.26. Inquérito Civil nº 681.0.48037/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 4.27. Procedimento Ministerial nº 101.0.105261/2014, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 4.28. Procedimento Ministerial nº 644.9.14180/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 4.29. Inquérito Civil nº 003.0.169379/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.30. Inquérito Civil nº 210.9.214532/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;

- 4.31. Inquérito Civil nº 003.9.39476/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 4.32. Inquérito Civil nº 202.9.55472/2019, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 4.33. Inquérito Civil nº 003.9.3864/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 4.34. Inquérito Civil nº 003.9.159535/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.35. Inquérito Civil nº 167.0.228981/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João
- 4.36. Inquérito Civil nº 598.3.93283/2006, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.37. Inquérito Civil nº 003.0.151389/2007, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.38. Inquérito Civil nº 598.9.105410/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.39. Inquérito Civil nº 74.9.224348/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.40. Inquérito Civil nº 702.9.91701/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.41. Inquérito Civil nº 003.9.60255/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.42. Inquérito Civil nº 598.9.91780/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.43. Procedimento Ministerial nº 212.0.152885/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 4.44. Procedimento Ministerial nº 678.9.74917/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 4.45. Procedimento Ministerial nº 001.0.163595/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.46. Procedimento Ministerial nº 003.9.202456/2019, do Grupo de Atuação de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.47. Procedimento Ministerial nº 003.0.141898/2012, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.48. Procedimento Ministerial nº 109.0.171875/2012, da Promotoria de Justiça de Itiúba;
- 4.49. Procedimento Ministerial nº 593.0.55554/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.50. Inquérito Civil nº 003.9.243120/2017, da Promotoria de Justiça de Saúde – 5º Promotor(a) de Justiça da Capital;
- 4.51. Inquérito Civil nº 593.0.62838/2012, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.52. Inquérito Civil nº 699.9.143703/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.53. Procedimento Ministerial nº 694.0.103196/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 4.54. Procedimento Ministerial nº 694.0.24915/2015, da Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 4.55. Procedimento Ministerial nº 003.9.28269/2021, da Promotoria de Justiça de Saúde de Salvador – 2º Promotor(a);
- 4.56. Inquérito Civil nº 089.0.40972/2008, da Promotoria de Justiça de Condeúba

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA SARA MANDRA RUSCIOLELLI SOUZA:

- 4.57. Inquérito Civil nº 331.0.234142/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 4.58. Inquérito Civil nº 003.0.64533/2010, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 4.59. Procedimento Ministerial nº 003.9.177274/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.60. Inquérito Civil nº 677.0.204054/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.61. Procedimento Ministerial nº 712.9.180166/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.62. Inquérito Civil nº 347.0.195928/2011, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 4.63. Procedimento Ministerial nº 083.0.119315/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;

- 4.64. Inquérito Civil nº 020.9.98851/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis;
- 4.65. Inquérito Civil nº 003.9.136795/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 4.66. Procedimento Ministerial nº 003.0.184237/2011, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.67. Procedimento Ministerial nº 003.9.156781/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO:

- 4.68. Inquérito Civil nº 644.9.88596/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.69. Procedimento Ministerial nº 677.9.93314/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.70. Inquérito Civil nº 691.9.171108/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 4.71. Inquérito Civil nº 003.9.80725/2020, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.72. Inquérito Civil nº 046.9.105086/2018, da Promotoria de Justiça de Itajuípe;
- 4.73. Inquérito Civil nº 167.9.15803/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.74. Inquérito Civil nº 692.9.63239/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.75. Inquérito Civil nº 712.0.111264/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.76. Procedimento Ministerial nº 712.9.64389/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.77. Procedimento Ministerial nº 003.9.212367/2018, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.78. Procedimento Ministerial nº 003.9.226758/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência;
- 4.79. Procedimento Ministerial nº 003.9.233437/2019, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.80. Procedimento Ministerial nº 003.9.56996/2020, do Grupo de Atuação Para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.81. Inquérito Civil nº 003.0.156046/2012, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.82. Inquérito Civil nº 003.0.41787/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.83. Inquérito Civil nº 003.0.47873/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.84. Inquérito Civil nº 003.9.103639/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.85. Procedimento Ministerial nº 003.9.191897/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.86. Inquérito Civil nº 003.0.167451/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 4.87. Procedimento Ministerial nº 003.9.73948/2018, 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.88. Procedimento Ministerial nº 003.9.145731/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.89. Inquérito Civil nº 003.9.217729/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.90. Inquérito Civil nº 032.0.96939/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Irecê;
- 4.91. Inquérito Civil nº 702.9.96616/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.92. Inquérito Civil nº 003.9.241663/2019, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 4.93. Procedimento Ministerial nº 592.9.62760/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.94. Procedimento Ministerial nº 003.9.216434/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.95. Inquérito Civil nº 699.9.10846/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.96. Inquérito Civil nº 699.0.118809/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.97. Procedimento Ministerial nº 003.9.41609/2020, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.98. Inquérito Civil nº 003.9.119956/2017, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.99. Inquérito Civil nº 003.0.20019/2015, apenso nº 003.0.82782/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.100. Inquérito Civil nº 598.9.222293/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.101. Inquérito Civil nº 167.0.228876/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.102. Procedimento Ministerial nº 003.9.239650/2020, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.103. Inquérito Civil nº 681.0.254581/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 4.104. Procedimento Ministerial nº 003.9.191739/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.105. Inquérito Civil nº 003.9.167660/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.106. Inquérito Civil nº 003.9.116141/2017, da 16ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 4.107. Inquérito Civil nº 696.0.192263/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.108. Inquérito Civil nº 678.0.261396/2012, da 1ª Promotoria de Cruz das Almas;
- 4.109. Inquérito Civil nº 678.0.21104/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 4.110. Inquérito Civil nº 598.0.25532/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.111. Procedimento Ministerial nº 052.9.133464/2019, da Promotoria de Justiça de Itambé;
- 4.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.44488/2020, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.113. Inquérito Civil nº 003.9.142376/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 4.114. Inquérito Civil nº 003.0.250659/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 4.115. Inquérito Civil nº 003.0.145336/2009, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 4.116. Inquérito Civil nº 003.0.239090/2014, da 16ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 4.117. Inquérito Civil nº 003.9.131533/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.118. Procedimento Ministerial nº 003.9.143846/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF
- 4.119. Inquérito Civil nº 066.0.168659/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 4.120. Procedimento Ministerial nº 308.9.153215/2020, da Promotoria de Justiça de Inhambuê;
- 4.121. Inquérito Civil nº 340.9.117938/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 4.122. Inquérito Civil nº 591.9.210494/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.123. Procedimento Ministerial nº 598.9.180670/2020, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.124. Inquérito Civil nº 644.9.141122/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da

Conquista;

- 4.125. Inquérito Civil nº 644.9.24279/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.126. Inquérito Civil nº 699.0.198244/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.127. Inquérito Civil nº 699.9.58005/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.128. Inquérito Civil nº 705.0.38341/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.129. Inquérito Civil nº 708.9.184631/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.130. Inquérito Civil nº 167.0.92587/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.131. Inquérito Civil nº 646.9.33447/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.132. Inquérito Civil nº 674.0.17664/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Combate à Sonegação Fiscal com sede em Feira de Santana;
- 4.133. Inquérito Civil nº 003.0.130848/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.134. Inquérito Civil nº 003.0.191499/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.135. Procedimento Ministerial nº 003.9.237783/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.136. Procedimento Ministerial nº 066.9.55639/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 4.137. Inquérito Civil nº 644.0.44790/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.138. Inquérito Civil nº 644.9.57442/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.139. Inquérito Civil nº 647.0.43270/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.140. Inquérito Civil nº 702.9.121321/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.141. Inquérito Civil nº 712.0.222035/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.142. Inquérito Civil nº 598.9.92621/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.143. Inquérito Civil nº 712.0.222035/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.144. Inquérito Civil nº 702.9.121321/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.145. Procedimento Ministerial nº 066.9.55639/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 4.146. Inquérito Civil nº 647.0.43270/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.147. Inquérito Civil nº 644.9.57442/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.148. Procedimento Ministerial nº 003.9.237783/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.149. Inquérito Civil nº 003.0.130848/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.150. Inquérito Civil nº 003.0.191499/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 4.151. Inquérito Civil nº 644.0.44790/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.152. Inquérito Civil nº 288.0.161920/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 4.153. Inquérito Civil nº 674.9.216235/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.154. Inquérito Civil nº 698.0.58155/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 4.155. Inquérito Civil nº 933.9.180558/2017, 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.156. Inquérito Civil nº 331.9.147728/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 4.157. Inquérito Civil nº 593.0.53977/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.158. Inquérito Civil nº 022.0.120128/2009, Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Irecê;
- 4.159. Inquérito Civil nº 115.9.222211/2018, da Promotoria de Justiça de Ituberá;
- 4.160. Inquérito Civil nº 280.9.234486/2017, da Promotoria de Justiça de São Desidério;
- 4.161. Inquérito Civil nº 280.9.234748/2017, da Promotoria de Justiça de São Desidério;
- 4.162. Inquérito Civil nº 280.9.234827/2017, da Promotoria de Justiça de São Desidério;
- 4.163. Inquérito Civil nº 702.9.154183/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.164. Procedimento Ministerial nº 707.9.58583/2021, 3ª Promotoria de Justiça de Poções;

- 4.165. Procedimento Ministerial nº 699.9.155778/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.166. Procedimento Ministerial nº 596.9.35417/2020, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.167. Procedimento Ministerial nº 728.0.187586/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabralia;
- 4.168. Procedimento Ministerial nº 597.9.62148/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.169. Procedimento Ministerial nº 657.9.75228/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 4.170. Procedimento Ministerial nº 644.9.53677/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.171. Inquérito Civil nº 598.9.92621/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO GOMES JÚNIOR:

- 4.172. Inquérito Civil nº 167.9.78202/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.173. Procedimento Ministerial nº 593.9.130327/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.174. Procedimento Ministerial nº 598.0.175938/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.175. Inquérito Civil nº que 692.0.83531/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 4.176. Inquérito Civil nº 280.9.234680/2017, da Promotoria de Justiça de São Desidério;

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA LUIZ EUGÊNIO FONSECA MIRANDA:

- 4.177. Inquérito Civil nº 003.0.63953/2012, da 16ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 4.178. Procedimento Ministerial nº 066.0.249855/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 4.179. Inquérito Civil nº 288.0.137985/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 4.180. Inquérito Civil nº 597.0.50322/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.181. Procedimento Ministerial nº 698.0.74357/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 4.182. Inquérito Civil nº 699.1.49093/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.183. Procedimento Ministerial nº 101.0.248215/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 4.184. Inquérito Civil nº 677.0.232564/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.185. Inquérito Civil nº 598.9.251053/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.186. Inquérito Civil nº 202.9.183653/2019, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 4.187. Procedimento ministerial nº 003.9.259258/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 4.188. Inquérito Civil nº 705.0.204211/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Paulo Afonso;
- 4.189. Inquérito Civil nº 723.0.184134/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Itamaraju;

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 24 de março de 2021.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público